



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Sara Sofia Andrade Berenguer

**Adaptação portuguesa das Escalas
de Distorções Cognitivas de Bumby:
um estudo preliminar**



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Sara Sofia Andrade Berenguer

**Adaptação portuguesa das Escalas
de Distorções Cognitivas de Bumby:
um estudo preliminar**

Dissertação de Mestrado
Mestrado Integrado em Psicologia

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves

outubro de 2016

DECLARAÇÃO

Nome: Sara Sofia Andrade Berenguer

Endereço electrónico: saraberenguer92@gmail.com Telefone: 963200054

Número do Bilhete de Identidade: 13635145

Título dissertação: Adaptação portuguesa das Escalas de Distorções Cognitivas de Bumby: um estudo preliminar

Orientador: Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves

Ano de conclusão: 2016

Designação do Mestrado: Mestrado Integrado em Psicologia

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 17/10/2016

Assinatura: _____

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Introdução	6
Método	12
Amostra	12
Instrumentos	12
Procedimentos	12
Análise de Dados	13
Resultados	13
Discussão	18
Conclusão	21
Referências	23

Lista de Figuras

Figura 1. Representação Gráfica do Modelo Unidimensional da Escala de Abuso Sexual	15
Figura 2. Representação Gráfica do Modelo Unidimensional da Escala de Violação	16

Lista de Tabelas

Tabela 1. Médias, desvios-padrões, diferenças e tamanhos de efeito para a Escala de Abuso Sexual e a Escala de Violação por grupo	17
Tabela 2. Médias, desvios-padrões, diferenças e tamanhos de efeito para a Escala de Abuso Sexual e para a Escala de Violação por sexo	18

Agradecimentos

Na conclusão de uma etapa tão importante da minha vida, gostaria de agradecer a todos os que tornaram possível a concretização deste trabalho.

Ao Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves pela orientação e por todos os conhecimentos transmitidos ao longo destes dois anos. À Doutora Olga Cunha pelo apoio nesta última fase.

Aos meus pais e às minhas avós por todo o apoio e força que me deram. A minha profunda gratidão.

Ao meu namorado Manuel, pelo carinho e camaradagem ao longo deste percurso.

Às minhas eternas companheiras neste percurso académico. Obrigada Fanny, Fátima e Joana pela amizade e por todas as partilhas.

Ao João Paulo e à Fabiola, companheiros nesta aventura. Obrigada pela amizade e o apoio.

Por fim, gostaria de agradecer a todas as pessoas e instituições que tornaram este trabalho possível.

Mestrado Integrado em Psicologia

Psicologia da Justiça

Adaptação Portuguesa das Escalas de Distorções Cognitivas de Bumby: um estudo preliminar

Sara Sofia Andrade Berenguer

Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves

Resumo

As distorções cognitivas têm um papel fundamental na avaliação e tratamento de agressores sexuais. O objetivo deste estudo foi validar as escalas de Violação e de Abuso Sexual de Bumby para a população portuguesa. Mais concretamente, pretendemos confirmar a estrutura unifatorial proposta pelo autor, analisar as capacidades de discriminação das duas escalas para dois grupos distintos (estudantes universitários e agressores sexuais), avaliar a magnitude de associação entre ambas as escalas, permitindo ainda a comparação das distorções cognitivas sobre a violação e abuso sexual em relação aos dois grupos amostrais e em relação ao sexo. Os resultados demonstraram que ambas as escalas possuíam uma forte consistência interna e apresentavam uma magnitude de associação forte entre si. Apurou-se ainda um fraco ajustamento do modelo unifatorial proposto pelo autor. Os resultados ainda mostraram que agressores sexuais obtiveram médias superiores nos scores totais de ambas as escalas e, o sexo feminino apresentou scores mais elevados na Escala de Violação enquanto que na Escala de Abuso Sexual não houve alguma distinção entre os sexos. Conclui-se com a necessidade de serem efetuados novos estudos com agressores sexuais de modo a ser possível a utilização destas escalas em contexto clínico em Portugal.

Palavras-chave: Violação, Abuso Sexual, Questionários, Autorrelato.

Mestrado integrado em Psicologia

Psicologia da Justiça

Portuguese Adaptation of the Bumby's Cognitive Distortions Scales: a preliminary study

Sara Sofia Andrade Berenguer

Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves

Abstract

Cognitive distortions are an essential part in the assessment and treatment of sex offenders. The goal of this study was to validate Bumby's Rape and Sexual Abuse Scales to portuguese individuals. We wanted to confirm the unifactorial estrutura proposed by the author, see if both scales could descriminate between college students and sex offenders, assess the magnitude of association between both scales, allowing the comparison of cognitive distortions between groups and sex. Results showed that both scales had a great internal consistency and showed a strong magnitude of association. It was found a weak ajustment of the unifactorial model proposed by the author. Sexual ofenders had bigger total average scores in both scales comparing with the college students, and women showed bigger average scores in the Rape Scale, while there was no difference between sex in the Sexual Abuse Scale. We conclude with the need of further studies using sexual offenders so that it can be possible to use these scales in clinical settings in Portugal.

Key-Words: Rape, Sexual Abuse, Questionnaire, Self-report.

Introdução

As distorções cognitivas têm sido propostas como elementos críticos para a avaliação e tratamento de agressores sexuais (Arkowitz & Vess, 2003; Abel, Becker, & Cunningham-Rathner, 1984; Marshall & Barbaree, 1990; Ward, Polaschek & Beech, 2006; Ward & Siegert, 2002; Gannon, Ward, Beech & Fisher, 2007). Diversos autores justificam dizendo que, sendo a responsabilização do ofensor essencial para o sucesso terapêutico, as distorções cognitivas tornam-se um obstáculo na obtenção de responsabilidade e podem interferir com a aquisição de competências importantes em terapia, sendo por isso alvo de intervenção cognitivo-comportamental (Marshall, Marshall & Kingston, 2011; Maruna & Mann, 2006).

Geer, Estupinan e Manguno-Mire (2000) referem que, apesar das distorções cognitivas serem comumente mencionadas na literatura referente a ofensores sexuais, existem lacunas relativas à investigação empírica nesta área. Devido à existência de poucas definições consistentes deste conceito e a pouco consenso no que concerne à sua etiologia, investigadores discutem as distorções cognitivas de maneiras diferentes (Ward, Gannon & Keown, 2006). Ó Ciardha e Ward (2013) ainda avançam dizendo que, apesar de distorções cognitivas possuírem um papel fundamental na etiologia das agressões sexuais, estas não explicam todo o processo de Agressão, estando sempre correlacionadas com outros fatores (e.g. ambientais, culturais).

Em 1957, Sykes e Matza, no estudo sobre a delinquência, introduziram o termo Técnicas de Neutralização. Segundo estes autores, a delinquência seria baseada em defesas inconscientes para os crimes, sob a forma de justificações e racionalizações (i.e., técnicas de neutralização), que seriam válidas aos olhos dos delinquentes, mas inválidas para a sociedade e para o sistema legal. Estas justificações teriam uma função protetora no indivíduo, evitando sentimentos de culpa. Os autores referem haverem 5 tipos de técnicas de neutralização: negação de responsabilidade, negação de dano, negação da vítima, condenação dos que condenam e apelo a lealdades superiores. Já o conceito “distorções cognitivas” foi introduzido pela primeira vez por Beck em 1963, no seu trabalho sobre a depressão. Segundo este autor, as distorções cognitivas tratam-se de crenças desadaptativas e disfuncionais relacionadas com a visão que os indivíduos têm sobre si, sobre as outras pessoas e sobre o mundo que as rodeia. Estas crenças são automáticas, não necessitando de motivação de outrem para que emirjam (Beck, 1997). Já Abel et al., (1984) introduzem o conceito de distorções cognitivas ligadas a Agressores Sexuais, mais concretamente a abusadores sexuais de crianças. Segundo estes

autores, as distorções Cognitivas referem-se a um sistema de crenças individualizado constituído por justificações, percepções e julgamentos que os indivíduos utilizam para analisar as suas próprias ações, legitimando o contacto sexual com crianças. Sugeriram que estas distorções têm uma função protetora do autoconceito no agressor, sob a forma de mecanismos de minimização, negação, racionalizações e justificações. Se o perpetrador não reconhece que está a magoar as suas vítimas, então não experienciará autoavaliações negativas em relação aos comportamentos abusivos que, noutros indivíduos, levaria à cessação desses comportamentos. Estes autores sugerem ainda que a ativação sexual desviante emerge durante a infância dos agressores. Bumby (1996) define as distorções cognitivas como suposições aprendidas, *sets* de crenças e autoafirmações que permitem ao ofensor evitar responsabilização e evitar sentimentos de culpa e vergonha, de modo a manterem os comportamentos sexualmente desviantes. Ward (2000; Ward & Keenan, 1999) propõe o Modelo de Teorias Implícitas, que sugere que os agressores sexuais formam cognições que suportam as ofensas (teorias implícitas) que permitem uma interpretação errónea das intenções, crenças e comportamentos das vítimas, facilitando assim a ocorrência das agressões. Da maneira como automaticamente interpretamos informação do nosso meio social que confirma as nossas crenças preexistentes, homens que possuem teorias implícitas desadaptativas, podem interpretar o seu mundo de maneira congruente com a agressão (Ward & Keenan, 1999). Estes autores mencionaram 5 tipos de teorias implícitas presentes em abusadores sexuais: crianças como objetos sexuais, natureza do dano (a ideia de que o abuso sexual não é prejudicial para a criança), incontroabilidade, direito a, e mundo perigoso. Depois, Polaschek e Ward (2002) propuseram 5 teorias implícitas presentes em violadores: não é possível conhecer as mulheres ou as mulheres são perigosas (Polaschek & Gannon, 2004), mulheres são objetos sexuais, o desejo sexual do homem é incontroável, direito a, e mundo perigoso. Mann e Beech (2003) desenvolveram uma abordagem baseada em esquemas para agressores sexuais, demonstrando a interação de cognições com fatores de risco para a prática de atos sexualmente desviantes. Segundo estes autores, os esquemas são crenças e atitudes agrupadas por padrões semelhantes, advindas da necessidade de buscar significado e integrar experiências de vida precoces. Os esquemas disfuncionais decorrentes de experiências de vida maladaptativas conjugam-se com situações ambíguas, processando a informação de modo congruente com os esquemas. Por exemplo, os violadores poderão exibir crenças disruptivas em relação a mulheres, que abordam a premissa de que todas as mulheres são traiçoeiras, enquanto que abusadores sexuais poderão crer que as crianças mantêm interesse no contacto sexual com adultos (Maroco, 2008). Maruna e Mann (2006) empregam

o conceito de distorções cognitivas como englobando três fenômenos: atitudes e crenças que suportam as ofensas, processamento cognitivo e neutralizações, e justificações post-hoc para as agressões. O processamento cognitivo ocorre durante a sequência de uma ofensa e inclui distorções distorcidas, interpretações seletivas e abstrações (Anderson & Dogson, 2002). Já Gannon & Polaschek (2006) introduziram o termo Estruturas de Crenças Legitimadoras de Agressão para se referirem a cognições que legitimam a agressão, ao invés de distorções cognitivas. Ward, Keown e Gannon (2007) criaram o Modelo de Crenças, valores e ações de julgamento, que pretende revelar em que medida as crenças e os valores estão na origem de comportamentos sexualmente disruptivos e como é que o discurso dos agressores reflete as suas crenças, valores e ações. Estes autores partem do princípio que os indivíduos julgam os acontecimentos do seu mundo social, os objetivos valorizados e o valor que terão as suas ações e as dos outros. Mais recentemente, foi sugerida a distinção entre produtos cognitivos e estruturas cognitivas para elucidar o papel das distorções cognitivas na agressão sexual (Ó Ciardha & Gannon, 2011). Os produtos cognitivos englobam autoafirmações do agressor, atitudes que refletem a concordância com certas crenças que nos permitem inferir quanto às estruturas e conteúdos cognitivos dos agressores (Maroco, 2008). Estruturas cognitivas são sets de conteúdo cognitivo armazenado na memória a longo prazo (Ward, Polaschek & Beech, 2006). Mais especificamente, são redes de conteúdo e de associações, responsáveis pelo enviesamento na seleção e interpretação de estímulos, construídos através das experiências de vida dos sujeitos (Ó Ciardha, 2011). Ward (2000) sugere que as distorções cognitivas devam ser entendidas como a expressão de estruturas cognitivas latentes ou teorias implícitas em vez de um fator etiológico na agressão sexual. As estruturas cognitivas permitem o rápido processamento de informação perante o *stress* ambiental ou informações ambíguas. Por outro lado, o uso de atalhos cognitivos (ou heurísticas) perante um processamento de informação incorreto, como argumentos que minimizam, justificam ou racionalizam a agressão sexual, é favorecido pelas teorias implícitas (Ward, 2000). Ó Ciardha e Ward (2013), considerando a literatura existente sobre as distorções cognitivas em agressores sexuais, propõe uma nova definição. Tratam-se de atitudes e crenças generalizadas ou específicas que violam normas racionais normalmente aceites pela sociedade, e que estão associadas com o estabelecimento e manutenção de agressões sexuais. Trata-se pois de uma definição mais abrangente desta temática e torna-se mais funcional na medida em que faz a ligação entre as distorções cognitivas e o seu papel como facilitador ou legitimador de agressões sexuais (Ó Ciardha & Ward, 2013).

No que se refere às distorções cognitivas de abusadores sexuais, estas envolvem crenças sobre crianças, mulheres, o mundo e sobre si mesmos, facilitando e mantendo os comportamentos sexualmente desviantes (Ward, Gannon & Keown, 2006; Hayashino, Wurtele & Klebe, 1995). Em relação aos violadores, as suas distorções cognitivas englobam atitudes, crenças, deculpabilizações e justificações sobre a violação, violadores, mulheres e vítimas de violação (Blake & Gannon, 2010; Bumby, 1996), distorções essas que relacionam-se empiricamente com a perpetuação da violação (Bumby, 1996; Polaschek & Gannon, 2004; DeGue, DiLillo & Scalora, 2010; Mann, Hanson & Thornton, 2010). A este respeito, a corrente feminista considera que, atitudes que legitimam a violação (e.g., concordância com mitos sociais e visões sobre os papéis de género estereotipadas) e a aceitação da violência em relação à mulher poderão ser indicadores de futuras condutas sexuais agressivas (Ryan, 2003; Peixoto, Matos & Machado, 2013).

Conceitualmente, as distorções cognitivas podem ocorrer em diferentes estágios do processo de Agressão de modo a reduzir inibidores internos, como a culpa e a vergonha (Ward, Hudson, Johnston, Marshall, 1997). Ward, Keenan e Hudson (2000) avançam que não tem havido consenso sobre se as distorções cognitivas representam um fator de risco para futuros comportamentos ou se tratam de mecanismos *post-hoc* que permitem manter a autoperceção dos agressores. Maruna e Mann (2006) sugeriram que certas distorções cognitivas são meramente justificações do ofensor após agredir, para desculpabilizar o seu comportamento e que não contribuem causalmente para as agressões. Abel et al. (1984) enfatizaram a função de manutenção das distorções cognitivas e hipotetizaram que padrões de pensamento distorcido emergem de tentativas de reduzir o desconforto associado aos comportamentos disruptivos. Isto implica que as distorções cognitivas ocorrem após as ofensas para reduzir os sentimentos de culpa e vergonha e permitir que esse comportamento se repita. Já Ward (2000) postula que as distorções cognitivas existem inconscientemente antes da ocorrência das agressões. Gannon e Polaschek (2006) aceitam a Hipótese das distorções cognitivas que diz que, no espaço de tempo em que os agressores são foco de atenção clínica ou investigativa, já apresentam crenças bem estabelecidas generalizadas às ofensas que facilitam a ocorrência de agressões. No entanto, estas crenças podem ou não ter um desenvolvimento precedente à própria agressão. Portanto, conforme salientado por Maruna e Mann (2006), analisar se essas crenças são construídas antes ou depois dos atos de abuso não é tão importante quanto verificar em que medida elas se relacionam com os atos de reincidência da violência.

Estudos que permitem avaliar distorções cognitivas em agressores sexuais têm chegado a diversas conclusões. Um estudo efetuado por Marshall, Hamilton & Fernandez (2001), concluiu que abusadores sexuais demonstram valores superiores de distorções cognitivas que ofensores não-sexuais e grupo da comunidade. Já em Portugal, são de referir alguns estudos efetuados em relação a distorções cognitivas em agressores sexuais. Coutinho Pereira (2007) avaliou agressores sexuais extra e intrafamiliares a nível das suas distorções cognitivas, não encontrando diferenças estatisticamente significativas nestes dois grupos. Já Martins (2010), com uma amostra de 15 reclusos por crimes de abuso sexual concluiu que, indivíduos com mais idade, com menos instrução e casados possuíam mais crenças legitimadoras de comportamentos sexualmente desviantes. Maroco (2008), por fim, efetuou um estudo em que comparou dois grupos de reclusos, um sendo de agressores sexuais e outro de agressores não-sexuais, utilizando a Escala de Crenças sobre o Abuso Sexual (ECAS: Machado, Gonçalves & Matos, 2000a) e a Escala de Crenças sobre a Violação (ECV: Machado, Gonçalves & Matos, 2000b). Concluiu que existiam diferenças a nível de crenças entre agressores sexuais e outro tipo de agressores, sendo que agressores sexuais demonstravam mais distorções cognitivas em relação à violação e ao abuso sexual, não aferindo alguma diferença em relação a violadores e abusadores sexuais quanto às suas crenças. O estudo de Coutinho-Pereira e Gonçalves (2009) revela resultados semelhantes: comparando um grupo de violadores e outros de abusadores sexuais, não foram encontradas diferenças a nível das suas distorções cognitivas.

De modo a aferir Distorções Cognitivas para Agressores Sexuais, Bumby (1996) criou duas medidas unidimensionais de distorções cognitivas sobre a violação (*Bumby Rape Scale*) e sobre o abuso sexual (*Bumby Molest Scale*). Estes questionários apresentam boas propriedades psicométricas e itens teoricamente coerentes. Bumby comparou três grupos de ofensores: abusadores sexuais, violadores e um grupo de controlo constituído por agressores não sexuais. A escala de abuso sexual distinguiu satisfatoriamente abusadores sexuais de violadores e grupo de controlo, não notando, no entanto, alguma distinção entre os três grupos na escala de violação. Bumby (1996) sugere que abusadores sexuais podem experienciar mais distorções cognitivas relativas a desvios sexuais generalizados. Adicionalmente, estas escalas foram reportadas como úteis na mensuração do progresso de tratamento, demonstrando um decréscimo significativo em distorções ao fim de 3 a 6 meses de terapia cognitivo-comportamental. As medidas de autorrelato assumem que os indivíduos acedem ao conteúdo das suas cognições e que relatam as suas distorções cognitivas com transparência (Gannon, 2009). No entanto, quando a avaliação tem consequências concretas, os instrumentos são

suscetíveis de apresentar viés de desejabilidade social, principalmente na avaliação de abusadores sexuais (Tan & Grace, 2008). Os itens de ambas as escalas de Bumby foram designados de modo a diminuir a desejabilidade social, eliminando a hipótese de resposta neutra (Arkowitz & Vess, 2003). Estas escalas possuem a vantagem de terem sido designadas para medir distorções cognitivas relacionadas a agressões sexuais contra crianças e mulheres, tornando mais apropriada a sua utilização em contextos que apresentam uma população que contenha violadores e abusadores sexuais (Arkowitz & Vess, 2003). A utilização destas duas escalas na avaliação de distorções cognitivas em agressores sexuais tem sido demonstrada, mostrando conclusões mistas. Alguns estudos concluíram que a Escala de Abuso Sexual discrimina abusadores sexuais extrafamiliares de outros ofensores e grupos de controlo (Marshall, Marshall, Sachdev & Kruger, 2003), e de violadores (Arkowitz & Vess, 2003). Um estudo efetuado por Pervan & Hunter (2007) demonstrou que violadores pontuavam mais do que abusadores sexuais na Escala de Violação, enquanto que na Escala de Abuso Sexual, abusadores sexuais tiveram resultados superiores. Já outros estudos não encontraram alguma diferença significativa entre violadores e abusadores sexuais na Escala de Violação (Hermann, Babchishin, Nunes, Leth-Steensen, & Cortoni, 2012) e na Escala de Abuso Sexual (Feelgood, Cortoni, & Thompson, 2005).

Sendo assim, o objetivo principal deste estudo será o de validar as Escalas de Abuso Sexual e da Violação para a população portuguesa. Para isso pretende-se avaliar a sua fidelidade, capacidade discriminante para grupos distintos de agressores sexuais e estudantes universitários, e aferir a adequação da estrutura unidimensional proposta por Bumby (1996). Seguidamente pretende-se encontrar diferenças a nível de Distorções cognitivas sobre a violação e sobre o abuso sexual entre grupos (estudantes universitários *vs.* agressores sexuais) e em relação ao sexo. Irão também ser estudadas as magnitudes de associação entre as duas escalas. Neste âmbito, para a presente investigação colocam-se a questão de investigação: Quais as diferenças encontradas a nível das distorções cognitivas entre um grupo de estudantes universitários e de agressores sexuais? Existem alguma diferença entre sexos a nível das distorções cognitivas? As escalas de distorções cognitivas apresentam poder para discriminar agressores sexuais de estudantes universitários tendo em conta a presença de distorções cognitivas? Colocaram-se diversas hipóteses a este respeito: irá ser possível apurar distinção entre agressores sexuais e estudantes universitários, sendo que os agressores apresentarão mais distorções cognitivas relacionadas com a violação e o abuso sexual. Hipotetiza-se ainda que o sexo feminino apresentará menos distorções cognitivas quanto à violação e ao abuso sexual do que sexo masculino.

Método

Amostra

A amostra foi composta por 118 sujeitos, sendo que 100 (84.75%) eram estudantes da Universidade do Minho escolhidos aleatoriamente e 18 (15.25%) eram indivíduos condenados por crimes sexuais a frequentar um programa de tratamento para Agressores Sexuais da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. A maioria dos sujeitos era do sexo masculino ($n = 92$; 75.44%). A média das idades era de 24.56 anos ($DP=11.26$), variando entre o mínimo de 18 e o máximo de 75 anos.

Instrumentos

No presente estudo foram utilizadas a Escala de Abuso Sexual (EAS) e a Escala de Violação (EV) de Bumby (1996). Estas escalas são medidas de distorções cognitivas relacionadas com a violação e o abuso sexual, respetivamente. Ambas as medidas requerem que os participantes indiquem, numa escala tipo Likert de 4 pontos, de “discordo completamente” a “concordo completamente”, em que medida concordam com esse item. Quanto maior o score total obtido maior o número de distorções cognitivas evidenciadas pelo sujeito. Alguns dos itens desta escala derivam de itens idênticos da *Abel and Becker Cognitions Scale* (Abel, Gore, Holland, Camp, Becker, & Rathner, 1989) e da *Burt Rpe Myth Scale* (Burt, 1980). A Escala de Violação é constituída por 36 itens com um score total compreendido entre 36 e 144. A Escala de Abuso Sexual é composta por 38 itens com scores compreendidos entre 38 e 152. Bumby (1996) relata uma forte consistência interna com um alfa de cronbach de .97. Concomitantemente, as escalas apresentam uma forte correlação entre si ($r = .61$). As escalas apresentaram sensibilidade a distorções cognitivas em agressores sexuais e uma validade teste-reteste para a Escala de Violação e para a Escala de Abuso Sexual de .84 e .86, respetivamente (Bumby, 1996).

Procedimentos

Numa primeira fase procedeu-se à tradução das versões originais de ambas as escalas originais e posterior retroversão (realizadas por dois nativos portugueses fluentes em inglês). Numa fase seguinte, foi efetuada uma aplicação-piloto a 2 sujeitos de modo a aferir se os itens

traduzidos eram devidamente compreendidos pelos sujeitos. Estas foram, em seguida, aplicadas coletivamente e num único momento aos estudantes universitários em contexto de sala de aula, após serem informados dos objetivos do estudo, do caráter voluntário do mesmo, bem como da confidencialidade e anonimato dos resultados. A aplicação dos questionários aos agressores sexuais foi efetuada individualmente mediante o seu consentimento informado.

Análise de Dados

A Análise dos dados foi efetuada com recurso aos programas estatísticos *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 23.0, e ao *Software* AMOS. Numa primeira instância procedeu-se a uma estatística descritiva para caracterizar a amostra, no que concerne a variáveis sociodemográficas (e.g., sexo e idade). Foi analisada a consistência interna de ambas as escalas através do Alfa de Cronbach e foi realizada uma análise discriminante de modo a averiguar se as escalas permitiam discriminar o grupo de agressores do grupo de estudantes universitários em relação às suas distorções cognitivas. Recorreu-se a estatística inferencial (i.e. teste-t para amostras independentes) por forma a analisar as diferenças de médias de ambas as escalas para os diferentes grupos (i.e. universitários e agressores sexuais) e para o sexo. Recorreu-se ainda ao Coeficiente de Correlação de Pearson para avaliar a magnitude da associação entre os valores totais de ambas as escalas. O Software AMOS foi utilizado para proceder à análise confirmatória de ambas as escalas.

Resultados

Da amostra obteve-se um valor médio total na Escala de Violação de 55.02 ($DP=13.42$) com um valor mínimo de 36 e um valor máximo de 105, e de 48.40 ($DP=10.39$) na Escala de Abuso Sexual, com um mínimo de 38 e um máximo de 88.

No que concerne à consistência interna, o valor do Alfa de Cronbach para a Escala de Violação foi de .93 e de .91 para a Escala de Abuso Sexual, os quais se revelaram excelentes. Analisadas as correlações entre os totais de ambas as escalas foi encontrada uma correlação positiva elevada ($r = .504, p < .01$). Por forma a determinar a capacidade de ambas as escalas distinguirem entre agressores sexuais e não agressores sexuais, i.e. estudantes universitários, foram realizadas análises discriminantes para cada uma das escalas em relação ao valor total de distorções cognitivas. Os resultados da análise discriminante revelaram que o rácio da

precisão de predição para a Escala de Abuso Sexual é de 80.5%, revelando uma boa capacidade discriminante, $\lambda=.74$, $\chi^2(1) = 34,816$, $p<.01$. Já em relação à Escala da Violação, apurou-se que o rácio da precisão de predição era de 66.9%, revelando igualmente uma boa capacidade discriminante, $\lambda=.910$, $\chi^2(1) = 10.94$, $p<.01$.

De seguida, foi conduzida uma análise confirmatória de modo a testar formalmente e validar a estrutura fatorial proposta por Bumby (1996), para ambas as escalas. A estrutura hipotética da EAS e da EA testada é constituída por um único fator (cf. Figura 1 e 2).

Nesta análise considerou-se o valor de χ^2 para averiguar se existiam diferenças estatisticamente significativas entre a matriz da covariância dos dados e a matriz da covariância implícita do modelo (Byrne, Stewart, & Lee, 2004; Hu & Bentler, 1999). Assim, o modelo unidimensional da EAS apresentou um valor de $\chi^2(665)=1889.969$, $p<.01$, sendo que o valor significativo de χ^2 indica um reduzido ajustamento do modelo. Por sua vez, os *fit indices* revelaram um ajustamento reduzido do modelo com um valor de *goodness of fit index* (GFI) de .564, um valor de *adjusted goodness of fit index* (AGFI) de .514 e um valor de *comparative fit index* (CFI) de .466. Segundo Hu e Bentley (1999), o valor de CFI deve ser idealmente superior a .90 para que o modelo seja considerado ajustado, pelo que, tendo em conta o valor de CFI obtido (.466), o modelo revela um mau ajustamento. Da mesma forma, o *root mean square residual* (RMSEA) foi de .125, o que, de acordo com Browne e Cudeck (1993) traduz um erro de aproximação elevado.

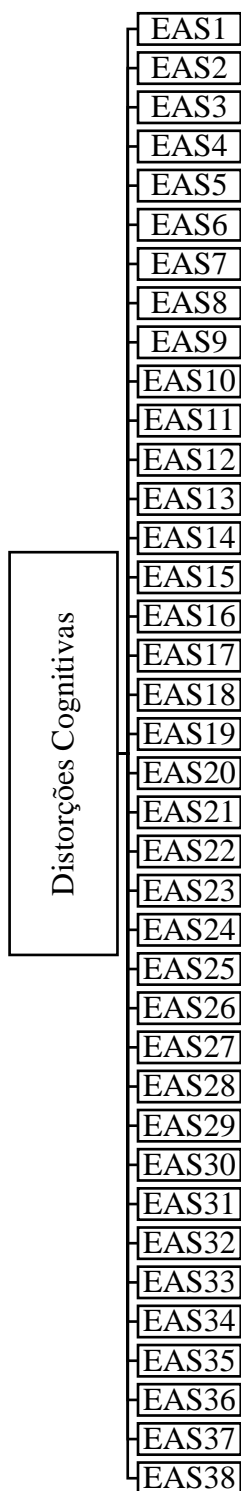


Figura 1. Representação Gráfica do Modelo Unidimensional da Escala de Abuso Sexual

Já o modelo unidimensional da EV apresentou um valor de $\chi^2(594) = 1418,959$, $p < .01$, sendo que, mais uma vez, o valor significativo de χ^2 indica um reduzido ajustamento do modelo. Também os *fit índices* revelaram um ajustamento reduzido do modelo com um valor de *goodness of fit index* (GFI) de .574, um valor de *adjusted goodness of fit index*

(AGFI) de .523 e um valor de *comparative fit index* (CFI) de .63. Uma vez que o valor de CFI deve ser $>.90$ para que o modelo seja considerado ajustado, tendo em conta o valor de CFI obtido (0.63), o modelo revela um mau ajustamento (Hu e Bentley, 1999). O *root mean square residual* (RMSEA) foi de .109, o que, novamente segundo Browne e Cudeck (1993), traduz um erro de aproximação elevado.

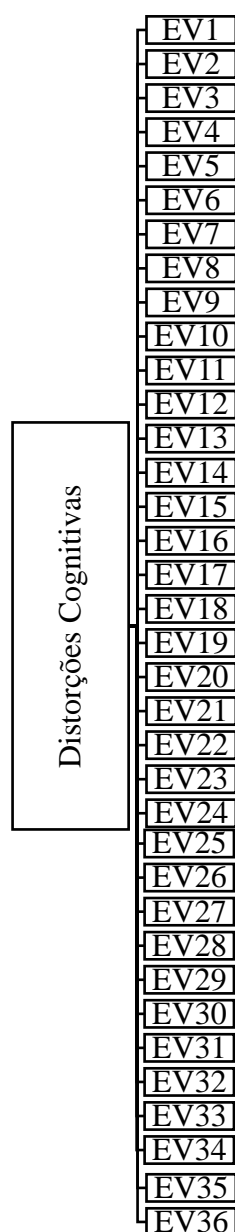


Figura 2. *Representação Gráfica do Modelo Unidimensional da Escala de Violação*

Posteriormente foram analisadas as diferenças de médias entre os grupos e entre os sexos para cada uma das escalas. Neste sentido, os resultados do teste-t revelaram diferenças

estatisticamente significativas entre os agressores sexuais e os universitários, quer na Escala de Abuso Sexual, $t(116) = -6.388$, $p < .001$, quer na Escala de Violação, $t(116) = -3.395$, $p < .001$, sendo que em ambas as escalas os agressores sexuais apresentaram scores significativamente mais elevados de distorções cognitivas (cf. Tabela 1). Não obstante, enquanto que o tamanho de efeito para a Escala de Abuso Sexual se revela elevado ($r = .51$), para a Escala de Violação este revela-se moderado ($r = .33$).

Tabela 1

Médias, desvios-padrões, diferenças e tamanhos de efeito para a Escala de Abuso Sexual e a Escala de Violação por grupo

	Universitários (n=100)		Agressores Sexuais (n=18)		$t(116)$	R
	M	(DP)	M	(DP)		
Escala de Abuso Sexual	46.16	(7.658)	60.83	(14.41)	-6.388***	.51
Escala da Violação	53.32	(10.61)	64.50	(21.75)	-3.395***	.33

Nota: *** $p < .001$

Já no que respeita ao sexo, foram encontradas diferenças significativas entre os participantes do sexo masculino e do sexo feminino, no entanto, tal só se verificou para a Escala de Violação, $t(116) = 3.543$, $p < .001$, com um tamanho de efeito moderado ($r = .31$), sendo que as mulheres apresentaram scores totais mais elevados que os indivíduos de sexo masculino (cf. Tabela 2).

Tabela 2

Médias, desvios-padrões, diferenças e tamanhos de efeito para a Escala de Abuso Sexual e para a Escala de Violação por sexo

	Sexo Feminino (n=26)		Sexo Masculino (n=92)		<i>t</i> (116)	<i>R</i>
	<i>M</i>	(<i>DP</i>)	<i>M</i>	(<i>DP</i>)		
Escala de Abuso Sexual	46.27	(7.61)	49.00	(11.00)	-3.543***	.31
Escala da Violação	62.88	(11.28)	52.80	(13.20)	1.186	-

Nota: *** $p < .001$

Discussão

A consistência interna de ambas as escalas revelou-se ser elevada, à semelhança do estudo efetuado por Bumby (1996). Hermann, Babchishin, Nunes, Leth-Steensen e Cortoni (2012) reportam também uma forte consistência interna, mas apenas na Escala de Violação. À semelhança também de Bumby (1996), foi possível encontrar uma correlação elevada entre ambas as escalas, o que significa que, se na Escala de Violação um indivíduo obtiver scores elevados de distorções cognitivas, então possivelmente também terá scores elevados de distorções cognitivas na Escala de Abuso Sexual.

O presente estudo demonstrou uma boa capacidade discriminante das Escalas de Violação e de Abuso Sexual para os dois grupos da amostra, universitários e agressores sexuais, quanto às suas distorções cognitivas sobre crianças e mulheres. Torna-se então possível distinguir estes dois grupos quanto às suas distorções cognitivas, à semelhança do estudo realizado por Bumby (1996) que conseguiu distinguir satisfatoriamente abusadores sexuais e violadores quanto às suas distorções cognitivas sobre a violação e o abuso sexual.

Muitas medidas avaliam as cognições que suportam as agressões sexuais como um construto unidimensional, ao invés de um construto multidimensional, negligenciando importantes distinções (Hermann et al., 2012). No entanto, investigações sugerem a divisão por temas ou tipos de construtos cognitivos, tais sejam atitudes, crenças, justificações ou

desculpabilizações (Hermann et al., 2012). Maruna e Mann (2006) avançam com a noção de que estes construtos cognitivos deveriam ser examinados separadamente, daí a necessidade de encontrar fatores nas medidas de distorções cognitivas. Hermann e seus colaboradores (2012) avançam que será provável que as escalas de Distorções de Bumby possuam vários temas ou construtos cognitivos. Estes descobriram uma estrutura bifatorial para a escala de Violação, apurando os fatores desculpabilização da violação e justificação da violação (Hermann et al., 2012). O presente estudo evidenciou a pouca adequação do modelo unifatorial proposto pelo autor das escalas (Bumby, 1996), corroborando assim a ideologia de Hermann e colaboradores (2012). Esta pouca adequação poderá também ser efeito de um número reduzido de indivíduos da nossa amostra. Seria pertinente, em estudos futuros, efetuar uma análise fatorial exploratória e confirmatória de modo a aferir um modelo multifatorial para as escalas de Violação e de Abuso Sexual de modo a aferir, testar formalmente e validar uma nova estrutura fatorial. Entender as funções de diferentes tipos de distorções cognitivas no processo de agressão sexual permitiria uma melhor identificação e tratamento das necessidades criminogénicas dos agressores sexuais por parte dos clínicos (Hermann et al., 2012). Em Portugal, existem duas escalas que permitem aferir o grau de legitimação/tolerância em relação ao abuso sexual (ECAS: Escala de Crenças sobre o Abuso Sexual; Machado, Gonçalves & Matos, 2000a) e à violação (ECV: Escala de Crenças sobre a Violação; Machado, Gonçalves & Matos, 2000b). Ambas as escalas identificam 3 fatores nas suas respostas, sendo que na Escala de Crenças sobre o Abuso Sexual esses fatores serão: legitimação do abuso pela sedução infantil, legitimação pela ausência de violência e crença de que o abuso não existe quando o agressor não corresponde a um estereótipo pré-definido. Já a Escala de Crenças sobre a Violação identifica 3 fatores: legitimação da violência pelo consentimento feminino, legitimação da violência através do comportamento sexual prévio da mulher e legitimação da violação pela normalidade do agressor. Isto corrobora a ideologia de que seria pertinente a apuração de um modelo multifatorial para avaliar as Distorções Cognitivas.

As diferenças encontradas neste estudo a nível de sexos e distorções cognitivas relativas à violação são contrárias à perceção de que as mulheres têm menos concordância com mitos sobre a violação (Davies, Pollard, & Archer, 2001; Geiger, Fisher, & Eshet, 2004), apresentam menor tolerância a atitudes que legitimam a violação (Bell, Kuriloff, & Lottes, 1994; Monson, Byrd, & Langhinrichsen-Rohling, 1996), culpam menos as vítimas (White & Kurpius, 2002) e apresentam atitudes mais tolerantes para com as vítimas (William & Pollard, 2003; Nagel, Matswo, MsIntyre & Morrison, 2005; Jimenez & Abreu, 2003). Isto poderá ser

explicado pelo fato destas atitudes, estarem associadas a papéis tradicionais de gênero relacionados com a sexualidade (Martins, Machado, Gonçalves & Manita, 2012) em que os indivíduos aderem a estereótipos sexuais tradicionais de masculinidade e feminilidade (Zweing, Barber & Eccles, 1997; Doherty & Anderson, 1998). As crenças que sustentam a violação podem estar associadas a fatores culturais ou às sub-culturas em que os jovens se inserem (Ryan, 2004).

Sendo as distorções cognitivas alvo de tratamento em agressores, tendo um papel preponderante no processo da Agressão Sexual (Gannon & Polaschek, 2006; Ward, Polaschek & Beech, 2006; Gannon, Ward, Beech, & Fisher, 2007) e na etiologia das agressões sexuais (Ward, Polaschek & Beech, 2006), assume-se que agressores sexuais obtenham scores mais elevados de distorções cognitivas sobre a violação e sobre o abuso sexual do que não agressores, neste caso estudantes universitários. Mais concretamente, a legitimação de cognições sobre a violação e o abuso sexual associa-se à propensão para a violação e o abuso de menores (Blake & Gannon, 2010). É de notar também que, não é o processo de distorção cognitiva que distingue os ofensores sexuais da população não-agressora, mas sim o conteúdo das distorções e os objetivos que o sujeito quer atingir ao levar a cabo certo comportamento. Os não ofensores apresentam distorções cognitivas, no entanto estas são prossociais e estes sujeitos não adotam comportamentos desviantes (Vieira, 2011). Estes resultados vão ao encontro de estudos que obtiveram semelhantes conclusões, mas para subgrupos específicos de agressores sexuais (e.g., violadores e abusadores sexuais). Por exemplo, Abbey e McAuslan (2004) concluíram que violadores possuíam mais distorções cognitivas ligadas à violação do que não agressores. Hanson, Gizzarelli e Scott (1994), no seu estudo sobre distorções cognitivas em agressores sexuais incestuosos, concluiu que este grupo apresentava scores superiores de distorções cognitivas do que o grupo constituído por indivíduos não agressores. Por sua vez, Marshall, Marshall, Sachdav e Kruger (2003) apuraram diferenças entre abusadores sexuais e grupo de controlo, sendo que abusadores sexuais possuíam mais distorções cognitivas sobre o abuso sexual. Também o estudo de Hermann e colaboradores (2012) descobriu pouca diferença de magnitude entre grupos de violadores e não violadores, revelando que estes dois grupos de agressores têm níveis semelhantes de justificações e desculpabilizações de atitudes sobre a violação. Já Tierney e McCabe (2001) não encontraram alguma diferença entre distorções cognitivas sobre o Abuso sexual para abusadores de crianças e outros grupos da amostra.

O objetivo principal deste estudo seria proceder à validação da Escala de Violação e Escala de Abuso Sexual, replicando o estudo efetuado por Bumby (1996). No entanto não foi

possível concretizar visto termos uma amostra bastante reduzida de Agressores Sexuais (n=18). Isto torna-se necessário pois amostras pequenas poderão não generalizar adequadamente dada a heterogeneidade de agressores sexuais (Ó Ciardha & Ward, 2013). Seria pertinente efetuar um estudo que permitisse avaliar diversos grupos de Agressores sexuais (e.g., violadores e abusadores sexuais) de modo a entender em que medida estes grupos apresentam diferenças ou semelhanças acerca das distorções cognitivas relacionadas com mulheres e crianças. É possível que diferenças possam emergir com grupos mais exclusivos de agressores sexuais (Hermann et al., 2012).

Outra limitação encontrada, prende-se com o uso de instrumentos de autorrelato para aferir distorções cognitivas. Apesar de ambas as escalas de Bumby (1996) terem sido criadas de maneira a diminuir a desejabilidade social, relata-se que estas escalas poderão mostrar transparência suficiente para apresentar vulnerabilidade a respostas com viés, sendo os instrumentos de autorrelato utilizados para avaliação de distorções cognitivas em agressores sexuais, criticados (Ó Ciardha; 2011; Mann & Shingler, 2006; Ó Ciardha & Gannon, 2011). Enquanto que o método psicométrico assume que os indivíduos podem aceder ao conteúdo das suas cognições durante o processo de avaliação, a expressão das distorções cognitivas é criticamente influenciado pelo ambiente imediato e pela motivação do indivíduo (Marshall, Marshall, Serran, & Fernandez, 2006; Ward & Casey, 2010; Snowden, Craig & Gray, 2011). Pela análise da literatura existente a este respeito, denota-se também a preocupação pelo facto dos instrumentos utilizados para avaliar atitudes que legitimam a agressão sexual não têm sido validados satisfatoriamente em *settings* clínicos, apresentando resultados mistos (Ward, Hudson, Johnston & Marshall, 1997). Ora, a falta de definições operacionais consistentes têm um impacto negativo na medição precisa do construto. Becker, Hall & Stinson (2002) mencionam um conjunto de limitações geralmente presente na literatura sobre o fenómeno das distorções cognitivas, limitações estas também encontradas neste estudo: amostras com poucos indivíduos, falha na utilização de instrumentos standardizados e utilização de questionários de autorrelato confiando que os seus resultados irão traduzir a realidade.

Conclusão

O termo distorções cognitivas é usualmente usado para agrupar atitudes, afirmações de auto suporte, e desculpas *post-hoc*, que são diferentes fenómenos (Maruna & Mann, 2006). Infelizmente, esta confusão no termo enfraquece a investigação e a interpretação de resultados, sendo que os próprios investigadores têm dificuldade em obter uma noção clara

da verdadeira natureza do que estão a investigar, dificultando a operacionalização das estruturas e conteúdos cognitivos. Desconhece-se ainda se estas distorções cognitivas encontram-se na origem e manutenção do comportamento sexual desviante ou se surgem como uma consequência do mesmo (Blake & Gannon, 2008; Maroco, 2008). Espera-se que o desenvolvimento de teorias etiológicas levará à identificação das causas da agressão sexual, o desenvolvimento de programas de tratamento apropriados e a prevenção da reincidência e a proteção da sociedade (Ward, Polaschek, & Beech, 2006; Maroco, 2008).

Pela análise da literatura existente sobre as Distorções cognitivas ligados ao comportamento antissocial, conclui-se que não existe clareza quanto à exata natureza das distorções cognitivas, sobre o papel que representam na agressão sexual, e sobre o que constitui evidência da sua existência.

Este estudo foi uma primeira tentativa de validação das Escalas de Distorções Cognitivas de Bumby. O estudo preliminar deste instrumento demonstrou potencial na utilização destes instrumentos para avaliação de distorções cognitivas sobre a violação e o abuso sexual, no entanto, não é possível generalizar os resultados visto que a amostra foi constituída maioritariamente por estudantes universitários. Deverão ser efetuadas outras análises, assim como o melhoramento de alguns dos itens.

Futuramente seria pertinente enveredar pela aplicação dos instrumentos em amostras mais vastas de agressores sexuais que permitam contrastar os resultados das escalas para entender até que ponto diferentes agressores sexuais (e.g. abusadores sexuais, pornógrafos infantis, violadores) irão representar diferentes perfis de resposta. Isto permitirá aferir os instrumentos para settings clínicos, à semelhança de países como os Estados Unidos da América, Canadá e Austrália que utilizam as escalas de Distorções Cognitivas de Bumby para a avaliação e tratamento de Agressores Sexuais. Tendo ainda em conta a existência de Escalas no panorama português que avaliam crenças sobre a violação e o abuso sexual, seria pertinente efetuar também validades concorrentes para estas medidas.

Referências

- Abbey, A., & McAuslan, P. (2004). A longitudinal examination of male college students' perpetration of sexual assault. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 72*, 747-756.
- Abel, G., Becker, J.V., & Cunningham-Rathner, J. (1984). Complications, consents and cognitions in sex between children and adults. *International Journal of Law and Psychiatry, 7*, 89-103.
- Abel, G.G., Gore, D.K., Holland, C.L., Camp, N., Becker, J.V., & Rathner, J. (1989). The measurement of the cognitive distortions of child molesters. *Annals of Sex Research, 2*, 135.
- Anderson, D., & Dodgson, P.G. (2002). Empathy deficits, self-esteem, and cognitive distortions in sexual offenders. In Y. Fernandez (Ed.), *In their shoes* (pp. 73-90). Oklahoma City, OK: Woods 'N' Barnes.
- Arkowitz, S., & Vess, J. (2003). An evaluation of the Bumby RAPE and MOLEST Scales as measures of Cognitive Distortions with civilly committed sexual offenders. *Sexual abuse: a journal of research and treatment, 15* (4), 237-249.
- Beck, A. T. (1963). Thinking and depression: Idiosyncratic content and cognitive distortions. *Archives of General Psychiatry, 9*, 324-333.
- Beck, J. S. (1997). *Terapia cognitiva: teoria e prática*. Porto Alegre: Artes médicas.
- Becker, J. V., Hall, S. & Stinson, J. D. (2002). Female sexual offenders: Clinical, legal, and policy issues. *Journal of Forensic Psychology Practice, 1*, 3.
- Bell, R., Kuriloff, P., & Lottes, I. (1994). Understanding attributions of blame in stranger rape and date rape situations: An examination of gender, race, identification, and student's social perceptions of rape victims. *Journal of Applied Social Psychology, 14*, 1719-1734.
- Blake, E., & Gannon, T. A. (2010). The implicit theories of rape-prone men: An information-processing investigation. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 54*, 895-914.
- Browne, M. W., & Cudeck, R. (1993). Alternative ways of assessing model fit. In A. Bollen & J. S. Long (Orgs.), *Testing structural equation models* (pp. 136-162). Newbury Park, CA: Sage.

- Bumby, K. M. (1996). Assessing the cognitive distortions of child molesters and rapists: Development and validation of the molest and rape scales. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 8 (19), 37-54.
- Burt, M. R. (1980). Cultural myths and supports for rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38 (2), 217-230.
- Byrne, B., Stewart, S. M., & Lee, P. W. H. (2004). Validating the Beck Depression Inventory– II for Hong Kong community adolescents. *International Journal of Testing*, 4, 199-216.
- Coutinho-Pereira, J. A. (2007). *Distorções cognitivas e agressão sexual: estudo exploratório com agressores intra e extra-familiares*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Medicina, Porto.
- Davies, M., Pollard, P., & Archer, J. (2001). The influence of victim gender and sexual orientation on judgments of the victim in a depicted stranger rape. *Violence and Victims*, 16, 607-619.
- DeGue, S., DiLillo, D., & Scalora, M. (2010). Are all perpetrators alike? Comparing risk factors for sexual coercion and aggression. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 22, 402-426.
- Doherty, K., & Anderson, I. (1998). Talking about rape: Perpetuating rape supportive culture. *Psychologist*, 11, 583-587.
- Feelgood, S., Cortoni, F., & Thompson, A. (2005). Sexual coping, general coping and cognitive distortions in incarcerated rapists and child molesters. *Journal of sexual aggression*, 11 (2), 157-170.
- Gannon, T. A., & Polaschek, D. L. (2006). Cognitive distortions in child molesters: A re-examination of key theories and research. *Clinical Psychology Review*, 26, 1000-1019.
- Gannon, T. A. (2009). Current cognitive distortion theory and research: An internalist approach to cognition. *Journal of Sexual Aggression*, 15, 225–247.
- Gannon, T. A., Ward, T., Beech, A.R., & Fisher, D. (2007). *Aggressive offenders' cognition: Theory, research and practice*. Chichester, UK: John Wiley and Sons.
- Geer, J. H., Estupinan, L. A., & Manguno-Mire, G. M. (2000). Empathy, social skills, and other relevant cognitive processes in rapists and child molesters. *Aggression and Violent Behaviour*, 5 (2), 99-126.
- Geiger, B., Fisher, M. & Eshet, Y. (2004). Date-rape-supporting and victim-blaming attitudes among high school students in a multi-ethnic society. *Journal of Interpersonal Violence*, 19, 406-607.

- Hanson, R., Gizzarelli, R., & Scott, H. (1994). The attitudes of incest offenders: Sexual entitlement and acceptance of sex with children. *Criminal Justice and Behaviour*, 21 (2), 187-202.
- Hayashino, D. S., Wurtele, S. K. & Klebe, K. J. (1995). Child molesters: An examination of cognitive factors. *Journal of Interpersonal Violence*, 10, 106–116.
- Hermann, C. A., Babchishin, K. M., Nunes, K. L., Leth-Steensen, C., & Cortoni, F. (2012). Factor Structure of the Bumby Rape Scale: A two-factor model. *Criminal Justice and behavior*, 39, 869-886.
- Hu, L., & Bentler, P. M. (1999). Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria *versus* new alternatives. *Structural Equation Modeling*, 6, 1-55.
- Jiminez, J., & Abreu, J. (2003). Race and sex effects on attitudinal perceptions of acquaintance rape. *Journal of Counseling Psychology*, 50, 252-256.
- Machado, C., Gonçalves, M. & Matos, M. (2000a). ECAS-*Escala de Crenças sobre o Abuso Sexual*. Universidade do Minho: Braga.
- Machado, C., Gonçalves, M., & Matos, M. (2000b). ECV-*Escala de Crenças sobre a violação*. Universidade do Minho: Braga.
- Mann, R. E., & Beech, A. (2003) Cognitive distortions, schemas, and implicit theories. *Journal of Interpersonal Violence*, 18 (7), 744-759.
- Mann, R. E., & Shingler, J. (2006). Schema-driven cognition in sexual offenders: Theory, assessment and treatment. In W.L. Marshall, Y.M. Fernandez, L.E. Marshall, & G.A. Serran (Eds.), *Sexual offender treatment: Controversial issues* (pp. 173–185). Chichester, UK: John Wiley and Sons.
- Mann, R. E., Hanson, R. K., & Thornton, D. (2010). Assessing risk for sexual recidivism: some proposals on the nature of psychologically meaningful risk factors, *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 22 (2), 191-217.
- Maroco, A. F. (2008). Criminalidade sexual e funcionamento cognitivo: contributo das distorções cognitivas no comportamento sexual ofensivo. Dissertação de mestrado em psicologia da justiça não publicada. Instituto de Educação e Psicologia, Braga.
- Marshall, W.L., & Barbaree, H.E. (1990). An integrated theory of sexual offending. In W. L. Marshall, D. R. Laws, & H. E. Barbaree (Eds.), *Handbook of sexual assault: Issues, theories and treatment of the offender* (pp. 363–385). NY: Plenum.

- Marshall, W. L., Hamilton, K., & Fernandez, Y. (2001). Empathy Deficits and cognitive distortions in child molesters. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 13 (2), 123-130.
- Marshall, W. L., Marshall, L. E., Serran, G. A., & Fernandez, Y. M. (2006). *Treating sexual offenders: An integrated approach*. New York, NY: Routledge.
- Marshall, W. L., Marshall, L. E., & Kingston, D. A. (2011). Are the cognitive distortions of child molesters in need of treatment? *Journal of Sexual Aggression*, 17, 118–129.
- Marshall, W. L., Marshall, L.E., Sachdav, S. & Kruger, R. (2003). Distorted attitudes and perceptions, and their relationship with self esteem and coping in child molesters. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 15, 171–181.
- Martins S., Machado, C., Gonçalves, R. & Manita, C. (2012). Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS). *Análise Psicológica*, 30 (1-2), 177-191.
- Martins, H. I. (2010). Crenças de Abusadores Sexuais de menores: um estudo exploratório. Dissertação de mestrado em Psicologia da Educação, não publicado. Universidade dos Açores: Ponta Delgada.
- Maruna, S. & Mann, R.E. (2006). A fundamental attribution error? Rethinking cognitive distortions. *Legal and Criminological Psychology*, 11, 155- 177.
- Monson, C., Byrd, G. & Langhinrichsen-Rohling, J. (1996). To have and to hold. Perceptions of marital rape. *Journal of Interpersonal Violence*, 15, 1156-1174.
- Nagel, B., Matsuo, H., McIntyre, K. & Morrison, N. (2005). Attitudes toward victims of rape: Effects of gender, race, religion, and social class. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 725-737.
- Ó Ciardha, C. (2011). A theoretical framework for understanding deviant sexual interest and cognitive distortions as overlapping constructs contributing to sexual offending against children. *Aggression and Violent Behavior*, 16, 493-502.
- Ó Ciardha, C., & Gannon, T. A. (2011). The cognitive distortions of child molesters are in need of treatment. *Journal of Sexual Aggression*, 17, 130–141.
- Ó Ciardha, C., & Ward, T. (2013). Theories of cognitive distortions in sexual offending: What the current research tells us. *Trauma, Violence & Abuse*, 14 (1), 5-21
- Peixoto, J., Matos, M., & Machado, C. (2013). Violência Sexual no Namoro: Os atletas Universitários como grupo de risco?, *Psicologia*, 27 (1), 133-156.
- Pereira, A.C. & Gonçalves, R.A. (2009). Distorções cognitivas em agressores sexuais. *Ousar integrar- Revista de Reinserção Social e Prova*, 2, 9-17.

- Pervan, S. & Hunter, M. (2007). Cognitive distortions and social self-esteem in sexual offenders. *Applied Psychology in Criminal Justice*, 3 (1), 75-91.
- Polaschek, D. L. & Gannon, T. A. (2004). The implicit theories of rapists: What convicted offenders tell us. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 16, 299-314.
- Polaschek, D. L., & Ward, T. (2002). The implicit theories of potential rapists: What our questionnaires tell us. *Aggression and Violent Behavior*, 7(4), 385-406.
- Ryan, K. (2003). Further evidence for a cognitive component of rape. *Aggression and Violent Behaviour*, 9, 579-604.
- Ryan, K. M. (2004). Further evidence for a cognitive component of rape. *Aggression and Violent Behaviour*, 9, 579-604.
- Snowden, R. J., Craig, R. L., & Gray, N. S. (2011). Indirect behavioral measures of cognition among sexual offenders. *Journal of Sex Research*, 48, 192–217.
- Sykes, G. M., & Matza, D. (1957). Techniques of Neutralization: A Theory of Delinquency. *American Sociological Review*, 22, 664-670.
- Tan, L., & Grace, R. C. (2008). Social desirability and sexual offenders: A review. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 20, 61–87.
- Tierney, D. W., & McCabe, M. P. (2001). An evaluation of self-report measures of cognitive distortions and empathy among Australian sex offenders. *Archives of Sexual Behavior*, 30, 495-519.
- Vieira, S. (2011). *Ofensores sexuais: das crenças ao estilo de pensamento*. Tese de doutoramento. Universidade do Minho, Braga.
- Ward, T. & Casey, A. (2010). Extending the mind into the world: A new theory of cognitive distortions in sex offenders, *Aggression and Violent Behavior*, 15(1), 49-58.
- Ward, T. & Keenan, T. (1999). Child molesters' implicit theories. *Journal of Interpersonal Violence*, 14, 821-838.
- Ward, T. (2000). Sexual offenders' cognitive distortions as implicit theories. *Aggression and Violent Behaviour*, 5, 491-507.
- Ward, T., & Siegert, R. (2002). Towards a comprehensive theory of child sexual abuse: A Theory knitting perspective. *Psychology, Crime, and Law*, 8, 319–351.
- Ward, T., Gannon, T., & Keown, K. (2006). Beliefs, values, and action: The judgment model of cognitive distortions. *Aggression and Violent Behavior*, 11, 323-340.
- Ward, T., Hudson, S. M., Johnston, L., & Marshall, W. L. (1997). Cognitive distortions in sex offenders: An integrative review, *Clinical Psychology Review*, 17, 479–507.

- Ward, T., Keenan, T., & Hudson, S.M. (2000). Understanding cognitive, affective, and intimacy deficits in sexual offenders: A developmental perspective. *Aggression and Violent Behavior, 5*, 41–62.
- Ward, T., Kewon, K. & Gannon, T. (2007). Cognitive distortions as belief, value, and action judgements. In T. Gannon, T. Ward, A. Beech & D. Fisher (Eds.), *Aggressive offenders' cognitions: Theory, Research and Practice* (pp. 53-70). Chichester, UK: John Willey & Sons.
- Ward, T., Polaschek, D.L. & Beech, A.R. (2006). *Theories of sexual offending*. Chichester, UK: Wiley.
- White, B. H., & Kurpius, S. E. (2002). Effects of Victim Sex and Sexual Orientation on perceptions of rape, *Sex Roles: a journal of Research, 46* (5), 191-200.
- William, V., & Pollard, P. (2003). Likelihood of acquaintance rape as a function of male's sexual expectations, disappointment, and adherence to rape-conductive attitudes. *Journal of Social and Personal relationships, 20*, 637-661.
- Zweing, J., Barber, B., & Eccles (1997). Sexual coercion and well-being in young adulthood: Comparisons by gender and college students. *Journal of Interpersonal Violence, 12*, 291-308.